

Termo de Parceria que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS**, o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA**, através do **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-FUNCRIA** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PETRÓPOLIS - APAE**, na forma abaixo:

**O MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS**, com sede a Av. Koeler, nº 260, Centro, Petrópolis, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.138.344/0001-43, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Dr. Rubens José França Bomtempo, brasileiro, médico, casado, residente nesta cidade, **O CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA**, através do **FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FUNCRIA**, com sede na Rua do Imperador, 38 – sala 101, Centro, Petrópolis, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.210.251/0001-66, neste ato representado por seu Presidente, Roberto Vicente Krepker Gonçalves, brasileiro, residente e domiciliado nessa cidade, e a instituição **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PETRÓPOLIS – APAE**, situada na situada na Rua Monsenhor Bacelar, nº 145 – Centro - Petrópolis/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.901.317/0001-24, neste ato representado por sua representante legal, Ana Luiza Dias, portadora da C.I nº. 008.381.896-3 DETRAN, inscrita no CPF sob o nº. 005.946.807-60, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada ENTIDADE PARCEIRA, tendo em vista os despachos exarados no Processo Administrativo nº 413404/2016, resolvem celebrar o presente **TERMO DE PARCERIA DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS COMPLEMENTARES PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**, em conformidade com a Lei nº 8069/90 e demais legislações pertinentes à matéria, mediante as seguintes cláusulas e condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA** – As verbas para custeio da presente Parceria são oriundas do Funcria, captadas na forma prevista pelo artigo 260, do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, não haverá repasse de valores oriundos dos cofres municipais. **CLÁUSULA SEGUNDA** - A instituição destinatária das verbas mencionadas no presente Termo foi contemplada através de Edital publicado com o objetivo de selecionar entidades para recebimento de recursos existentes no FUNCRIA, verbas previstas para aplicação específica em tal finalidade, com aprovação do Plano de Trabalho pela Comissão de Orçamento e Finanças, decisão homologada pela Plenária em assembléia do CMDCA. **CLÁUSULA TERCEIRA** - O presente termo de parceria constitui-se no desenvolvimento do projeto: **“FORTALECIMENTO PARA GARANTIA DE CONTINUIDADE”**. **CLÁUSULA QUARTA** - O público alvo: 50 crianças, 25 adolescentes e 44 adultos com deficiência intelectual e/ ou múltipla. **CLÁUSULA QUINTA** – DA DURAÇÃO DO PROJETO: O projeto terá duração de 12 meses, a partir de janeiro de 2017. **CLÁUSULA SEXTA** – Pela execução das ações do

presente Termo de parceria a entidade parceira receberá a importância de R\$ 49.992,00, (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e dois reais), que o CMDCA disponibilizará no prazo de 5 (cinco) dias, contados da assinatura deste termo.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas do presente termo de parceria ocorrerão pelo programa de trabalho nº 10.02.04.243.2001.2020.3350.43.00, fonte 080 e nota de empenho nº 41/2016, no valor de R\$ 49.992,00, (quarenta e nove mil, novecentos e noventa e dois reais), do FUNCRIA, do Gabinete do Prefeito.

**CLÁUSULA SÉTIMA – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO:** O presente projeto visa beneficiar usuários com atendimento terapêutico de fisioterapia e musicoterapia; garantir serviço de manutenção da piscina de modo propiciar um ambiente salubre para exercício das atividades de hidroterapia e hidroginástica; manutenção de pagamento dos serviços prestados pelo contador; a manutenção dos serviços de arquivamento dos documentos garantindo transparência e organização, bem como agilização nos processos; aquisição de material de papelaria para uso nos atendimentos terapêuticos da área pedagógica e administrativa.

**CLÁUSULA OITAVA - METODOLOGIA:** Os funcionários contratados atuarão de acordo com a conduta terapêutica e profissional de cada setor na ativa, serão realizados PDI- (Plano de Desenvolvimento Individual) semestralmente de cada um dos beneficiários, cujo objetivo é traçar as estratégias que serão utilizadas, e recursos e metas a serem atingidos. Mensalmente, nos atendimentos de Fisioterapia e Musicoterapia serão confeccionados relatórios de evolução individual, cujos registros serão acrescidos aos demais atendimentos que cada usuário realiza na instituição, mantendo os prontuários arquivados na secretaria ou arquivo permanente. Semestralmente ocorrerá reunião multidisciplinar para reavaliação dos usuários.

**CLÁUSULA NONA – METAS E RESULTADOS ESPERADOS:** Propiciar atendimento especializado e gratuito a pessoas com deficiência intelectual /ou múltipla, atuando na promoção de inclusão, proteção e direitos da pessoa com deficiência, com apoio às famílias. Desenvolver o potencial de cada usuário no convívio social, respeitando as necessidades e possibilidades de cada um, visando maior participação nas atividades e a melhoria na qualidade de vida.

**CLÁUSULA DÉCIMA - PREVISÃO DOS CUSTOS** - Da natureza das despesas do recurso recebido: 1) Fisioterapeuta – R\$ 16.800,00 – 2) Musico terapeuta – R\$ 7.200,00 – 3) Piscineiro – R\$ 8.400,00 – 4) Contador – R\$ 7.200,00 – 5) Arquivista – R\$ 6.000,00 – 6) Material de papelaria – R\$ 4.392,00.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Poderá haver alterações no projeto, desde que para cumprimento dos objetivos do projeto e com aprovação da Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização e da Plenária.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:** a entidade parceira se obriga a prestar contas da utilização dos recursos mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente, e encaminhá-las através de Ofício ao CMDCA. Os seguintes documentos deverão integrar as prestações de contas: a)-Balancete analítico da entidade beneficiada, evidenciando o registro da subvenção, Quadro “D” do TCE e a planilha “Acompanhamento de gastos com o projeto”. b)- Extrato da conta bancária, que deverá ser aberta especificamente para o projeto. c)- Extrato da aplicação dos recursos recebidos, evidenciando os rendimentos, bem como as deduções de Imposto de Renda se houver. d)- Comprovante da entrega do numerário ou da

comunicação do crédito em conta corrente, com recibo passado pela entidade beneficiada (no primeiro mês da prestação). e)- Como comprovante de despesas, só serão aceitas as primeiras vias de nota fiscal no valor igual ou superior ao do benefício recebido, bem como atestadas por dois representantes credenciados pela entidade, devidamente identificados, no verso de cada nota. f)- Relatório de atividades relacionados ao projeto, bem como relação de atendidos, mês a mês. g)- Prova de regularidade do mandato da diretoria, bem como estatuto social (apenas no último mês da prestação de contas e em dezembro, caso a prestação continue no ano seguinte). h)- Atestado de funcionamento, no primeiro e último mês da prestação, assim como em dezembro, caso a prestação continue no ano seguinte.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: É VEDADO À CONVENIADA:** a) Utilizar o recurso em finalidade diversa da estabelecida no Projeto, ainda que em caráter de emergência; b) Realizar despesas com data anterior ao recebimento do recurso ou posterior à data limite de execução do Projeto. **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A prestação de contas deverá respeitar a legislação em vigor e, em especial a Deliberação nº 200/96 do TCE e a Lei nº 8.069/90; **PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de rejeição das prestações de contas, a Comissão de Orçamento e Finanças encaminhará o parecer para análise do CMDCA, que, ratificando o parecer, tomará as medidas legais cabíveis; **PARÁGRAFO TERCEIRO:** A entidade parceira ficará sujeita às seguintes sanções: 1- Juros equivalente a 1% (um por cento) do valor atualizado do repasse; 2- Multa de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do repasse, em caso de inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição estipuladas no termo de parceria; **PARÁGRAFO QUARTO:** Ao final do projeto, o saldo remanescente na conta corrente vinculada da entidade parceira, deverá ser devolvido ao FUNCRIA com os rendimentos pertinentes. **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA:** A entidade parceira se obriga a manter a prestação dos serviços, objeto do projeto aprovado, pelo período de duração proposto pela mesma. **CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA:** Fica a cargo da Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização, o acompanhamento do desenvolvimento do projeto, devendo comunicar ao CMDCA os casos de desvios de objetivos ou paralisação do mesmo. **CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA:** O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por vontade dos partícipes, devendo o interessado externar, formalmente, a sua intenção nesse sentido, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que seja devida qualquer parcela a título de indenização, e que seja feita a prestação de contas no momento da rescisão. **CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA –** Os casos omissos relativos à execução deste Termo de parceria serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes, celebrando-se, sempre que necessários termos aditivos, inclusive para prorrogação do prazo de validade do presente termo. **CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – (EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE) –** A entidade parceira assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de mão de obra necessária à boa e perfeita execução do presente termo de parceria e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao CMDCA/FUNCRIA ou a terceiros. **PARÁGRAFO PRIMEIRO –** O CMDCA/FUNCRIA não é responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações

vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes de execução do presente Termo de Parceria, cujo cumprimento e responsabilidade caberão exclusivamente a entidade parceira. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – O CMDCA/FUNCRIA não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela entidade parceira com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de parceria, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados. **CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA** – (REGULARIDADE JURÍDICA-FISCAL) – A entidade parceira e seus representantes deverão manter a regularidade de suas condições jurídico-fiscais e qualificações durante o curso do presente Termo de Parceria. **CLÁUSULA DÉCIMA-NONA:** O presente termo de parceria foi aprovado pela plenária do CMDCA, na Reunião Ordinária de 21/11/16. **CLÁUSULA VIGÉSIMA:** O MUNICÍPIO publicará no prazo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura, extrato deste Termo de Parceria. **CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA** – Fica eleito o foro da Comarca de Petrópolis para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente, renunciando, desde já, a entidade parceira a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja. E, por estarem justos e combinados firmam o presente termo de parceria na presença das testemunhas, abaixo qualificadas. Eu, Simoni de Sá Ferreira Teixeira, lavrei por determinação do Sr. Secretário de Administração e de Recursos Humanos. E eu, Carlos Henrique Manzani, Secretário de Administração e de Recursos Humanos, assino. \*\*\*\*\*  
Petrópolis, 26 de dezembro de 2016.

---

**Município de Petrópolis**

---

**Secretário de Administração e de Recursos Humanos**

---

**FUNCRIA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

---

**Entidade**

---

**Testemunha  
Nome/CPF:**

---

**Testemunha  
Nome/CPF:**